



Sugestão de atividades de Educação Física adaptadas para alunos usuários de cadeira de rodas

Suggestion physical education activities adapted for students wheelchair users

 **Greidson Caetano de Aquino**

Mestre em Gestão, Planejamento e Ensino
Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR
Três Corações, Minas Gerais – Brasil
greidsonaquino@gmail.com

 **Terezinha Richartz**

Doutora em Ciências Sociais
Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR
Três Corações, Minas Gerais – Brasil
professora.terezinharichartz@gmail.com

Resumo: De relevância educacional e social, o presente estudo se concentra em examinar as dificuldades enfrentadas por profissionais de educação física durante o processo de inclusão de alunos cadeirantes, usuários de cadeiras de rodas, em suas aulas; e apesar de a legislação prever essa inclusão, esse direito ainda não é efetivamente garantido. Nesse sentido, objetiva-se neste estudo apresentar atividades práticas de Educação Física direcionadas a usuários de cadeira de rodas, a fim de auxiliar na inclusão escolar desses alunos com deficiência. A metodologia utilizada neste artigo segue a ordem qualitativa com pesquisa aplicada, apresentando sugestões que podem ser utilizadas no cotidiano. Logo, o que se propõe enfatiza a importância de se permitir que o aluno cadeirante participe das atividades regulares planejadas e conclui-se, portanto, a necessidade de se planejar aulas adaptadas, respeitando a singularidade do aluno com deficiência, para que todos – com deficiência ou não – participem de forma equitativa.

Palavras chave: Educação Física adaptada; pessoa com deficiência; inclusão.

Abstract: Of educational and social relevance, this study focuses on examining the difficulties faced by physical education professionals during the process of including wheelchair-bound students in their classes; and although the legislation provides for this inclusion, this right is still not effectively guaranteed. In this sense, the objective of this study is to present practical Physical Education activities aimed at wheelchair users, in order to assist in the school inclusion of these students with disabilities. The methodology used in this article follows the qualitative order with applied research, presenting suggestions that can be used in everyday life. Therefore, what is proposed emphasizes the importance of allowing wheelchair-bound students to participate in regular planned activities and concludes, therefore, the need to plan adapted classes, respecting the uniqueness of students with disabilities, so that everyone – with disabilities or not – participate in an equitable manner.

Keywords: adapted physical education; person with disability; inclusion.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

AQUINO, Greidson Caetano; RICHARTZ, Terezinha. Sugestão de Atividades de Educação Física adaptadas para alunos usuários de cadeira de rodas. *Dialogia*, São Paulo, n. 49, p. 1-20, e24724, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/49.2024.24724>

American Psychological Association (APA)

Aquino, G. C., & Richartz, T. (2024, maio/ago.). Sugestão de Atividades de Educação Física adaptadas para alunos usuários de cadeira de rodas. *Dialogia*, São Paulo, 49, p. 1-20, e24724. <https://doi.org/10.5585/49.2024.24724>

1 Introdução

O acesso à Educação de qualidade é um direito assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.853/89, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 –, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.068/90, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (incluído pela Lei nº 13.146/15) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC – homologada pelo MEC em dezembro de 2017). No entanto, apesar das garantias legais, o número de pessoas atendidas com deficiência ainda é baixo em relação à população total de indivíduos com deficiência. Tais questões são abordadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEDPEI), que discorre sobre a formação inicial e continuada, da infraestrutura, da legislação e dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito escolar (Brasil, 2008).

Nesse contexto, o Currículo Referência, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, destaca que a sociedade ainda valoriza a dimensão mental/cognitiva como sendo o único processo de aquisição e produção de conhecimento, porém, também dispõe que a educação física é imprescindível na formação do cidadão pelo fato de desenvolver outras dimensões, como: motoras, corporais, emocionais e sociais (Minas Gerais, 2018).

Garantido pela Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, a instituição da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD) estabelece que, independentemente da deficiência, a criança tem o direito de frequentar o ambiente escolar, e ainda que com amparo em todos os seguimentos, essa inclusão ocorre com bastante limitação. E desse modo, este estudo se propõe a apresentar algumas atividades físicas que podem ser usadas nas aulas regulares de Educação Física, quando houver na turma um aluno usuário de cadeira de rodas.

2 Educação física adaptada

Inicialmente, neste tópico será abordada a Educação Física enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica; em seguida, o conceito dessa Educação Física Adaptada e a base legal da inclusão do aluno com deficiência, os entraves estruturais, materiais e pedagógicos das aulas e, por fim, as necessidades de adaptação de atividades pedagógicas.

Importa destacar que a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica. A Lei nº 9.394/96 dispõe em seu Art. 26, que os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem apresentar uma base nacional comum na Educação Básica. No caso, “§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, [...]” (Brasil, 2017, p. 20).

Assim, como a Educação Física faz parte do currículo escolar, o que torna obrigatória a frequência dos alunos, incluindo-se os usuários de cadeiras de rodas em todas as atividades propostas pelo docente, nesse sentido, as aulas devem ser adaptadas de acordo com a especificidade de cada turma. E para que essa inclusão aconteça deve-se buscar soluções que considerem desde a estruturação física, até o desenvolvimento curricular e pedagógico (Santos *et al.*, 2019), quando, então, logra-se da Educação Física Adaptada – EFA.

A EFA é um programa diversificado de atividades existentes e adaptadas aos estudantes com deficiências para os que não podem participar de forma irrestrita, segura e bem-sucedida de outras atividades da educação física geral (Agapito *et al.*, 2021); logo, possibilita ao aluno trabalhar sua potencialidade, capacidade e desenvolvimento geral.

Nessa perspectiva, Seabra Junior (2012) argumenta que, quando se pensa na Educação Física Adaptada diante da inclusão educacional e da Educação Física Escolar, profissionais devem seguir na direção de propor atividades e conteúdos significativos capazes de propiciar a participação efetiva de todos nas aulas e que, por sua vez, não coloquem em risco a integridade física, psíquica e social de seus participantes.

Através desse entendimento, acredita-se que a Educação Física Adaptada em sua interface com a Educação Física Escolar, ao se referir à inclusão educacional, deve refletir e adotar um novo olhar sobre o indivíduo, não pontuando apenas a parte do corpo ou a dimensão que apresenta diferença, defasagem ou deficiência, mas considerar sobretudo, que aquela parte ou dimensão pertence a um todo, que é o próprio corpo, o indivíduo, a pessoa (Seabra Junior, 2012, p. 119).

A Educação Física não se difere em conteúdo para os alunos com deficiência, “[...] mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicadas ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos” (Bueno; Resa, 1995 *apud* Cidade; Freitas, 2002, p. 02). Conseqüentemente, as aulas devem propiciar espaço para desenvolver em relação as Pessoas com Deficiência - PCD, o que preconiza a BNCC nas competências 9 e 10, atitudes de solidariedade, respeito mútuo e aceitação, excluindo, então, quaisquer tipos de preconceito. (Brasil, 2018).

À vista disso, entende-se que para promover a participação dos alunos com deficiência nas aulas, o professor de Educação Física precisa realizar adaptações constantes, seja no ambiente, no planejamento ou na forma de organização das atividades, considerando as capacidades e potencialidades de cada aluno. (Santos *et al.*, 2019). E seguindo nesse raciocínio, vários conteúdos e atividades só se tornam acessíveis ao aluno com deficiência por meio dessas adaptações curriculares e metodológicas, alcançadas na didática profissional.

Para Strapasson e Caniel (2007), a inclusão abraça questões relativas a características e potenciais de pessoas com deficiência, a procedimentos e estratégias de ensino efetivas e exequíveis, à construção de currículos significativos (incluindo a profissionalização e estratégias para sobrevivência autônoma), a tipos e modalidades de serviços apropriados e como torná-los acessíveis, a formas de envolvimento da comunidade, à organização escolar, às políticas públicas e à distribuição de recursos, entre outras. Nesse segmento, a Educação Física deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que consigam atingir a adaptação e o equilíbrio que requerem suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e as capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário (Strapasson; Caniel, 2007; Gois; Silva, 2023).

A acessibilidade espacial dos alunos cadeirantes em muitas escolas é precária, reduzindo ou inviabilizando a mobilidade independente neste espaço, o que dificulta a inclusão nas aulas de Educação Física. Assim, os alunos ainda enfrentam barreiras de exclusão social, o que dificulta o sentimento de não pertencimento. (Souza *et al*, 2020).

A inclusão do aluno com deficiência nas aulas de educação Física é consequência da ocorrência de forma íntima e relacionada dos três fatores principais descritos: adaptação, participação social e demonstração de capacidade. Estes agem de forma conjunta para a construção de um senso de pertencimento, importância e valor dentro do grupo, essencial para a percepção de inclusão. As atividades propostas nas aulas de educação Física devem ser preparadas de forma a permitir que o aluno com deficiência participe ativamente e interaja com seus pares. A participação nas atividades e consequentemente a interação social aparecem como pontos primordiais para a inclusão, visto que irão proporcionar ao aluno com deficiência oportunidades para demonstração de suas habilidades e capacidades, desempenho de papéis e funções importantes dentro do grupo em busca de um objetivo comum, bem como sentir-se aceito pelo grupo. (Alves; Duarte, 2014, p. 336).

Ao tomar consciência sobre a relevância da Educação Física no processo de inclusão, importa que os profissionais defendam os princípios que já são legitimados nessa área para benefícios propostos, bem como reivindicar práticas politizadas no contexto escolar, no qual a participação de todos deve ser garantida (Albuquerque; Del-Masso; Fujihara, 2020), a fim de se alcançar o objetivo da aprendizagem significativa, da interação e desenvolvimento humanos.

Por um lado, reconhece-se que a responsabilidade de se criar condições favoráveis para essa inclusão não é de competência exclusiva do professor (Alves; Duarte, 2014). Para o professor incluir nas aulas de Educação Física, não somente adaptar à disciplina, e sim adotar uma perspectiva educacional, valorizando a diversidade e comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (Chicon, 2013). Todavia, para que esse processo tenha êxito, todo o trabalho deve ser em

conjunto com a sociedade, como uma engrenagem, enfatizando também, a importância da mediação do professor de Educação Física em um ambiente favorável à participação desses alunos, com vistas a superar e ressignificar as concepções e valores baseados na seleção de corpos fortes e habilidosos, aspectos que são provenientes de resquícios históricos da constituição dessa disciplina (Santos *et al.*, 2019).

Segundo Fiorini e Manzini (2014), existem vários fatores que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência às aulas de Educação Física, como por exemplo, a formação dos professores, a questão administrativo-escolar, o aluno, a família, o recurso pedagógico, a estratégia de ensino. Contudo, apesar de os profissionais estarem dispostos a acolher os alunos com deficiência, essas dificuldades encontradas e citadas também acontecem no cotidiano de vários profissionais da Educação.

Em relação à formação de professores, Fiorini e Manzini destacam “a formação acadêmica “frágil” em virtude da falta de contato com pessoas com deficiência; o não oferecimento da disciplina Educação Física Adaptada e o debate sobre inclusão em uma única disciplina” (2014, p. 388). E como se exige muito mais do professor hoje uma série de competências que não necessariamente são trabalhadas na escola, segundo Imbernón (2015, p. 79), o professor deve ter:

Capacidade de processamento da informação, capacidade de gerar conhecimento pedagógico nas escolas, capacidade de fazer pesquisa-ação, análise e reflexão crítica sobre o que se faz, capacidades reflexivas para interpretar, compreender e refletir sobre o ensino e a realidade social de forma comunitária, trabalhar com seus iguais e com comunidade, realizar orientação e diagnóstico de problemas de aprendizagem diante da diversidade dos alunos, tomar decisões racionais sobre o que se deve ensinar, criar avaliações de processos e reformulações de projetos de trabalho, sociais e educativos, dentre muitas outras capacidades que antes não eram necessárias na profissão docente e eu, hoje em dia, tornam-se imprescindíveis (Imbernón, 2015, p. 79, grifo nosso).

Pezzi e Frison (2023), em uma pesquisa sobre os significados e sentidos atribuídos por educadores às brincadeiras das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as professoras entrevistadas destacaram o papel docente e a importância da formação continuada para lidar com as especificidades desses alunos a fim de impulsionar, então, a inclusão escolar.

A partir da teoria histórico-cultural, destacamos que ao professor cabe um papel fundamental – o de intermediador no e do percurso de desenvolvimento humano –, sendo necessário que ele tome consciência dessa sua responsabilidade e de seu poder (re)direcionador do processo constitutivo humano da criança por meio da sua prática pedagógica. (Pezzi; Frison, 2023, p. 14)

Por essa razão, eis a necessidade da formação continuada para propiciar a formação permanente e suas atualizações, a fim de receber demandas escolares na atualidade. Contudo,

segundo Fiorini e Manzini (2014), outros aspectos que interferem na inclusão podem ser identificados como: as dificuldades de alguns docentes em aceitarem mudanças, modificarem a conduta, assim como, o falta de interesse de estudar e dialogar com outros professores acerca de novas possibilidades e novas ideias.

Em relação à questão administrativo-escolar, pode-se elencar: a falta de apoio da direção quanto ao número total de alunos por turma; o número pequeno de aulas de Educação Física; a falta de horário mesmo dentro da jornada de trabalho, a elaboração de aulas adequadas à inclusão; a ausência de um assistente. (Fiorini; Manzini, 2014). E no que se refere ao espaço físico, a dificuldade ocorre em relação à inadequação e má conservação dos locais, além da acessibilidade das quadras ou outros espaços, a falta de materiais adequados ou específicos para cada tipo de deficiência. Ainda de acordo com o autor citado, embora existam essas dificuldades pautadas, acredita-se que é possível criar uma política inclusiva e fazer a diferença na vida desses alunos, pela importância que a atividade física apresenta no desenvolvimento do discente. Logo, para que as aulas de Educação Física se efetivem “tornam-se indispensáveis melhores condições de trabalho”, já que espaços físicos inadequados, não adaptados ou com acessibilidade precária para as aulas práticas, sejam constituídos por dificuldades relevantes (op.cit). Nesse cenário, professores sofrem constantemente com a falta de material e de recursos pedagógicos para realizar atividades, das mais simples às mais complexas (Cruz, 2005; Fiorini; Manzini, 2014).

O êxito não ocorre no trabalho de inclusão se não existir um projeto amplo capaz de englobar o diagnóstico para todas as intervenções durante o processo de avaliação, o que envolve profissionais determinados, que priorizam a qualificação continuada e com apoio da instituição de ensino para o seu aperfeiçoamento, além de locais adequados e acessíveis, conforme a determinação da legislação e de materiais ideais para cada deficiência, evidenciando assim, que cada indivíduo possui as suas particularidades.

Não se pode esquecer ainda, dos gestores educacionais conscientes quanto ao destino correto de verbas obtidas para a Educação, pois existe repasse específico mensal do Fundo Nacional de Educação Básica - FUNDEB, acarretando, portanto, em maiores organização e planejamento para a execução de todo um trabalho direcionado.

A Educação Física Adaptada – EFA, é um aprendizado constante vindo dos beneficiários através dos professores; como uma via de mão dupla com troca de experiências diversas. Cada aula, cada momento, cada história são únicos, e assim Freire dispõe que

não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (Freire, 1996, p.23).

A deficiência física abrange uma variedade de condições reais capaz de afetar o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala, em decorrência de lesões neurológicas, musculares e ortopédicas, ou de má formação congênita ou adquirida. Nessa perspectiva, a cadeira de rodas assume papel fundamental na qualidade de vida do deficiente físico amputado, vitimado de poliomielite, paraplegia, espinha bífida, entre outros, sendo nela que o indivíduo passa diversas horas do seu dia (Brasil, 2004). Logo,

a cadeira de rodas é vista como a extensão do corpo do indivíduo, pois ela se molda, acoplando-se ao corpo. Com essa generalização, o indivíduo que utiliza cadeira de rodas se identifica com outro cadeirante formando um grupo pela semelhança adquirida através do uso do aparelho, passando a conviver e compartilhando experiências. Salienta ainda, que a cadeira de rodas demonstra o limite e também aumenta as possibilidades do corpo potencializando-o, portanto a mesma torna-se um corpo quando atrelada ao indivíduo não tendo assim distinção entre eles. (Sousa; Faria, 2015, s. p.).

Assim, uma das formas de potencialização do corpo da pessoa com deficiência é a cadeira de rodas, que para o deficiente acaba sendo uma espécie de prótese/prolongamento de seus membros inferiores. (Correia *et al*, 2013).

A tecnologia cadeira de rodas, enquanto prótese; implica uma dupla transformação na imagem corporal do sujeito: a) o aparelho como prolongamento de suas partes anatômicas e funções, ou seja, a cadeira de rodas como parte de seu corpo; b) a prótese oferece uma forma ao seu corpo que a ela se molda, no caso da cadeira de rodas, a posição sentada. (Correia *et al*, 2013, s. p.).

A fusão entre cadeira rodas e o corpo deficiente faz surgir um olhar diferente e de estranhamento do outro em relação ao cadeirante, porque

[...] principalmente a partir da utilização de uma prótese [cadeira de rodas] que incorpora padrões estéticos distantes de uma plástica que tangencia a normalidade, [pelo fato da mesma ser] uma prótese que não se disfarça. Seu hibridismo, pungente e necessário, constrói uma visibilidade que é encarada como símbolo de monstrosidade e assume uma representação negativamente valorizada e significada, hegemonicamente, como a própria deficiência [...] (Novaes, 2006 *apud* Correia *et al*, 2013, p. 2).

Esse olhar de estranhamento pode não apenas vir do outro, mas do próprio corpo deficiente em relação à cadeira de rodas. Compreende-se esse pensamento pelo fato de que a cadeira de rodas implica, segundo Correia *et al* (2013), em uma desterritorialização em relação às pernas, no entanto, é ela que se torna o meio para a organização do corpo que estava desterritorializado, sendo uma nova forma ou grande possibilidade na vida.

Partindo da mesma tônica, se o ser existe via corpo, se a condição humana é corporal, subtrair ou atrelar alguma “coisa” a este corpo é, de alguma forma, fazer com que esta “coisa” se

torne corpo – *in corpore* (Le Breton, 2011). A prótese que prolonga – e que também passa a constituir esse próprio corpo – também dá forma ao corpo e ao ambiente correlativo. Neste sentido, a cadeira de rodas torna-se o próprio corpo do deficiente, na medida em que é através dela que o cadeirante estabelece sua relação com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Assim sendo, a aceitação começa do próprio beneficiário, passando pela família, para então, o resto do mundo.

Alguns estudos demonstram que as barreiras físicas podem se configurar como agentes da exclusão social dos cadeirantes à proporção em que impedem o comparecimento desses sujeitos aos lugares ou eventos (Silva; Farah, 2017). Nesse viés, porém, “a generalidade esconde uma experiência singular, muitas vezes silenciada e apenas subjetivada” (Correia *et al.*, 2013), posto que, para Merleau-Ponty (2004, CORREIA *et al.*, 2013)), “o enigma [que] consiste em meu corpo ser ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que olha todas as coisas, pode também se olhar, e reconhecer no que vê então o ‘outro lado’ de seu poder vidente”, e além,

Na constituição do ser singular há um processo de inerência entre aquele que vê e aqui que por ele é visto. Todavia, não é uma inerência clara e distinta, mas é construída por uma confusão irresoluta entre observador e observado; confusão que movimenta uma dialética constante da identidade entre o eu e a coisa; o eu e o outro; o sujeito e a cadeira de rodas na constituição de um cadeirante. Podemos dizer que o eu é, em parte, o outro com o qual convive (Merleau-Ponty, 2004 *apud* Correia *et al.*, 2013, s. p.).

E por conseguinte,

Diante dos fatores apontados, ocorre o aumento da prevalência cadeirantes, tais quais se encontram expostos a adaptações diversas, sejam elas ligadas à rotina, em casa, na rua, no trabalho ou no lazer. [...] O mundo físico, criado pelo homem para o homem dito “normal”, é o ambiente e também sua barreira. [...] As dificuldades encontradas pelo cadeirante surgem desde o seu íntimo, devido às limitações fisiológicas como dificuldades funcionais relacionadas ao trauma que sofreram: redução da ventilação pulmonar, descontrole na termorregulação, úlceras ou escaras, incontinência urinária, incontinência fecal, perda da sensibilidade de determinados locais, o que faz com que o cadeirante se sinta inseguro até para sair de casa (Lianza, 2001; Gorla *et al.*, 2007; Horta *et al.*, 2009). Outros problemas psicossociais como: autoestima, percepção negativa de saúde, pensamento negativo da autoimagem e o sentimento de menos valia contribuem negativamente para as pessoas com deficiência física (Lianza, 2001 *apud* Silva; Farah, 2017, s. p.).

Dessa forma, sobre a importância da Educação Física quando da inclusão e a outros fatores ligados ao deficiente,

Observa-se que a mesma pode contribuir para o desenvolvimento do esporte em cadeiras de rodas, objetivando trabalhar o tronco e membros superiores para maior aquisição de força, flexibilidade e resistência das pessoas deficientes, elevando também sua autoestima e preparando-as para a vida. A prática de atividades físicas e esportivas, seja em qualquer âmbito, necessita de orientação e estimulação propiciando ao indivíduo deficiente alcançar as melhorias propostas através das atividades resultando em uma ótima qualidade de vida. Os esportes adaptados promovem ao indivíduo, usuário da cadeira de

rodas, a desenvolverem a autovalorização, autoimagem, autonomia e a socialização, viabilizando novas experiências explorando seu potencial e suas limitações (Rosa; Rodrigues; Freitas, 2009 *apud* Sousa; Faria, 2015, s. p.).

Alves e Duarte apontaram que a falta de adaptação nas aulas de Educação Física pode contribuir para que o adolescente com deficiência tenha dificuldade de aprendizagem e, conseqüentemente, não participe das atividades. Além disso, experiências negativas como rejeição em todos os aspectos podem levar os alunos com deficiência a se excluírem das aulas de Educação. Isto posto, o professor deverá ter uma boa didática, organizar-se e se preocupar com o tipo de atividade que irá propor para esses adolescentes, bem como, estar atento quanto a alguma exclusão por parte dos colegas (2014 *apud* Nacif *et al*, 2016).

A Deficiência Física, no caso de/para pessoas que usam cadeira de rodas, apresenta várias características e particularidades, já que há pessoas amputadas, paraplégicos totais ou parciais, espinha bífida, poliomielite, paralisia cerebral, artrogripose congênita, dentre tantas outras que podem ocorrer durante a gestação, parto ou até no decorrer da vida.

Segundo Teixeira e Ribeiro (2006) *apud* Cardia, Pereira; Cuman (2015), os benefícios alcançados pelo aluno com deficiência, através da prática de exercícios físicos desenvolvem benefícios múltiplos em nível motor, cognitivo e afetivo, como: velocidade, agilidade, força, equilíbrio, coordenação, ritmo, flexibilidade, capacidades cardiorrespiratórias, raciocínio, atenção, aumento da concentração, sociabilização, controle da ansiedade e autoestima, além de estimular a autonomia e independência; devendo-se, então, buscar a inclusão e a fim de se obter saúde e formação como um todo. Dado o contexto, evidencia Lago (2008), que para algumas crianças, a cadeira de rodas atenta-se a uma velha companheira, para outras a sensação é de igualdade. Diante disso, a Educação Física e a cadeira de rodas (Usuário) devem ser uma combinação na qual todos terão benefícios na parte pessoal ou na profissional, e para os beneficiários um ganho na expectativa de vida com mais oportunidades e prazeres.

Normalmente, nas aulas de Educação Física Adaptada os alunos participam ativamente de todas as atividades, o espírito de solidariedade e o respeito às diferenças ficam nítidas, o que aponta para a importância da inclusão não só para o aluno com deficiência física, mas para todo o corpo discente.

A seguir, serão apresentadas algumas atividades adaptadas. Quando necessário para o entendimento da atividade, foram incluídas figuras produzidas pelo autor do trabalho. É importante destacar que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética.

2.1 Sugestões de atividades inclusivas

Quadro 1 - Componente curricular: Educação Física. Tema: pique pega legal

<p>Unidade Temática: Recreação e lazer Objetivos: Estimular a socialização, conhecimento corporal, coordenação motora grossa e noção espaço temporal. Tema: Pique Pega Legal</p>	
<p>RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA</p>	<p>Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade</p>
<p>METODOLOGIA</p>	<p>Todos em círculo, o professor escolherá 3 alunos para pegarem, e o restante irá correr pela quadra, ao sinal do professor os 3 pegadores irão pegar seus colegas com a mão, todos pegos irão até o professor. Após todos serem pegos, serão escolhidos outros pegadores para que todos possam ter a mesma oportunidade de pegar e serem pegos.</p>
<p>RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	<p>Apito</p>
<p>AValiação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Através da participação dos alunos; ● <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).

Figura 1- Pique pega legal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A atividade consiste em fazer com que os colegas de sala vivenciem a situação real de vida do aluno com deficiência, devendo ser desenvolvida de acordo com o grau de deficiência.

Dentre as várias orientações da Declaração de Salamanca para se efetivar a Educação Inclusiva, ressalta-se o comprometimento com a formação dos profissionais que atuam nas escolas.

Nesta Conferência, acorda-se que a educação é para todos, independentemente de suas condições neuropsicológicas e físicas (Unesco, 1998). Para isso, exige-se um currículo escolar adaptado e flexível, em conformidade com a singularidade de cada realidade. Somente um professor com formação adequada terá condições de fazer as adaptações curriculares necessárias para promover a inclusão escolar. (Pezzi; Frison, 2023).

Dependendo da autonomia da pessoa usuária de cadeira de rodas a atividade pode ser feita de acordo com a descrição que se segue: a) Pode ser feita com ele na cadeira de rodas, sendo empurrado pelo colega (revezando entre os alunos, caso o colega seja dependente). O revezamento estimula o senso de responsabilidade pelo cuidado e empatia com quem precisa ser deslocado; b) Se o aluno com deficiência puder se locomover sozinho em sua cadeira, a atividade que estimula a locomoção procura melhorar o desempenho da pessoa cadeirante na sua vida diária; c) E, se tiver como sair da cadeira de rodas e ir para o chão, a atividade vai mostrar que a deficiência desaparece, e assim ninguém saberá quem é a pessoa com deficiência. Lembrando que o respeito e a conscientização são primordiais. Durante a atividade é sempre indicado explicar sobre a importância do conhecimento, o saber lidar com todas as pessoas e ajudá-las quando necessário.

Quadro 2 - Componente curricular: Educação Física. tema: siga o mestre

<p>Unidade Temática: Recreação, lazer e Educação Física Adaptada Objetivos: Trabalhar a atenção, noção espaço temporal, lateralidade e pequenos estímulos. Tema: Siga o Mestre</p>	
<p>RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA</p>	<p>Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade.</p>
<p>METODOLOGIA</p>	<p>Todos os alunos devem realizar as atividades solicitadas pelo professor como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Correr em várias direções (de frente, para trás, para o lado); 2. Ginástica parada e em movimentos variados; 3. Alongamentos estáticos e dinâmicos 4. Pegar o colega de várias formas com mãos alternadas, ou com as duas; 5. Imitar animais e se portar como estátuas.
<p>RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	<p>Apito Cronômetro</p>
<p>AValiação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Através da participação dos alunos; ● <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: próprio autor (2023).



Figura 2: Siga o mestre



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A atividade da figura 2 é ideal para o aluno com deficiência dependente ou com dificuldade de locomoção. O professor faz os movimentos antes, com comandos podem melhorar o desempenho motor, e ainda estimular e melhorar a mobilidade do aluno, ensinando-o a utilizar bem os braços e as pernas, tentar levantar, pegar água, levantar da cadeira, entre outros. Além disso, ela pode ser realizada de diversas formas: em pé, sentado no chão, empurrando o colega, trabalhando a criatividade e explorando as potencialidades dos discentes. “Ainda que invisibilizada, os desafios ao longo da simples (como expressado por alguns) tarefa de locomoção guiada, nota-se um teor capacitista e, às vezes, um distanciamento ou incômodo, refletido na postura e comportamento de alguns.” (Gois; Silva, 2023, p. 4).

Caso o aluno tenha mais autonomia, a motivação na realização faz com que tenha mais empenho nas atividades e nas aulas, sendo que precisa utilizar o corpo como uma grande ferramenta e explorá-lo (começando com pequenos gestos, pequenas corridas, mudanças de direção). É muito importante incentivar as outras crianças a estarem com o colega.

Quadro 3 - Componente curricular: Educação Física. tema: estafetas

<p>Unidade Temática: Jogos adaptados, recreação e Educação Física adaptada Objetivos: Estimular o trabalho em equipe, trabalho de noção de espaço, coordenação motora grossa e equilíbrio. Tema: Estafetas</p>	
<p>RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA</p>	<p>Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade</p>
<p>METODOLOGIA</p>	<p>Os alunos serão separados em 3 grupos, cada um deles formará uma fila e executará o que está na frente durante 5 minutos, sempre saindo o próximo quando chegar no local marcado pelo professor. Após o tempo as equipes terão 1 minuto e 30 segundos de descanso e trocarão de fila para todos terem a oportunidade de fazer todas atividades de forma igual.</p> <p>Estafeta 1: Em filas ao sinal do Professor passar a bola por cima da cabeça, para o de trás, chegou no último levanta, corre e vai pro final da fila e continua;</p> <p>Estafeta 2: Sair em ziguezague entre os cones e após arremessar pro gol, sempre revezando mão direita e mão esquerda</p> <p>Estafeta 3: Correr em linha reta com o arco na mão, e ao chegar no local determinado tentar acertar o alvo com o arco (colocar o mesmo no cone jogando, apenas 1 tentativa).</p>
<p>RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	<p>Estafeta 1: 01 Bola de Voleibol Estafeta 2: 03 Bolas de iniciação e 06 cones médios Estafeta 3: 03 Arcos e 01 cone grande</p>
<p>AValiação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos beneficiários.

Fonte: Próprio autor (2023).

Figura 3 - Estafetas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A atividade da figura 3 é uma das mais indicadas quando se fala de inclusão, já que objetiva-se a equidade.

A fila é vencedora pelo acerto, e não pelo erro, além de os alunos auxiliarem uns aos outros durante a atividade. Nesse caso, deve-se ter cuidado para não despertar nos colegas o sentimento de piedade pela pessoa com deficiência, mas o respeito e o entusiasmo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca na competência 9, a importância do processo de respeito, diálogo, empatia, cooperação, acolhimento e valorização da diversidade e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza inserção (Brasil, 2018, p. 10).

Durante a atividade, é possível pensar em variações e desafios, de acordo com o interesse e envolvimento da turma. É possível, por exemplo, colocar todos sentados no chão ou em cadeiras, incluindo aqueles que utilizam cadeira de rodas, sejam eles dependentes ou independentes. A verdadeira competição é a superação dos limites de cada um, estimulando sempre a melhora do desempenho.

Quadro 4 - Componente curricular: Educação Física. tema: queimada gigante

<p>Unidade Temática: Educação Física Adaptada, Jogos pré-desportivo, Lazer e recreação Objetivos: Socialização, inclusão, coordenação motora geral, noção espacial Tema: Queimada Gigante</p>	
<p>RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA</p>	<p>Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade</p>
<p>METODOLOGIA</p>	<p>Escolher 03 ou 4 alunos para serem os pegadores, o restante terá que fugir pela quadra, todos os locais podem. Ao sinal do professor, os alunos com bola irão queimar os colegas com a bola (encostando ou jogando), e quem for pego sai da atividade, finaliza após todos serem queimados. Após todos serem pegos, serão escolhidos outros alunos para que todos tenham direito a fazerem as mesmas atividades durante a aula.</p>
<p>RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 03 ou 04 Bolas de Iniciação Esportiva de borracha (a quantidade depende do número de alunos na aula).
<p>AValiação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • <i>Feedback</i> dos alunos.

Fonte: Próprio autor (2023).

Figura 4 - Queimada gigante



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A figura 4 apresenta uma atividade que consiste em possibilitar que os alunos se autoconheçam e sejam motivados, pois todos terão a oportunidade de correr e serem pegadores. Para os alunos com e sem deficiência, trabalha-se a parte de socialização e respeito ao colega, considerando o espaço e o cuidado em não machucar, mesmo se locomovendo para queimar ou escapar. Isso também faz com que os alunos, principalmente com deficiência, trabalhem a autonomia, o que interferirá em suas vidas fora da escola. Ao aprender a lidar com a cadeira como extensão do próprio corpo, saberão a hora de acelerar ou de reduzir.

Segundo Souza e Faria (2015), a cadeira de rodas é percebida como a extensão do corpo da pessoa com deficiência, pois se acopla a ele, apresenta-lhe o limite e também potencializa as possibilidades do próprio corpo, e atrelados um ao outro, não há, então, distinção entre eles.

“Daí a importância de o professor promover, em sala de aula, o jogo protagonizado, com intencionalidade pedagógica, a fim de que a criança entre em atividade e se aproprie não apenas dos objetos, mas das relações sociais.” (Pezzi; Frison, 2023, p. 12-13).

Ser empático, colocando-se no lugar do outro, ajuda a desenvolver a percepção das dificuldades enfrentadas pela pessoa usuária de cadeira de rodas. E por essa razão, todos os discentes se encontram sentados no chão durante a atividade proposta, conforme a Figura 4.

A mesma atividade gera momentos intensos, pois cada escapada ou queima do colega significa uma vitória ou mostra a necessidade de valorizar cada momento e não desistir ao se deparar com os obstáculos. Quando há um aluno com deficiência que ainda não é independente, os colegas de sala podem ajudar em alguns momentos, como pegar a bola para ele ou dar alguns

pequenos empurrões na cadeira. Com a continuidade e estímulo dos colegas e professores, esses alunos ficarão cada dia mais independentes e motivados.

Quadro 5 - Componente curricular: Educação Física. Tema: circuito motor

<p>Unidade Temática: Educação Física Adaptada, Recreação, lazer e Psicomotricidade Objetivos: Desenvolver e estimular a coordenação motora grossa, lateralidade e trabalhar o respeito e a socialização através da inclusão. Tema: Circuito Motor</p>	
RETOMADA DO CONTEÚDO E/OU ABERTURA DA AULA	Roda de Conversa com exposição da aula e como será feito todo o procedimento da atividade.
METODOLOGIA	<p>Todos os circuitos acontecerão de forma simultânea, após o final de 07 minutos, os alunos irão descansar 01 minutos e 30 segundos e trocarão o circuito para que todos façam as mesmas atividades e em tempos iguais</p> <p>Circuito 1: Em fila sair em ziguezague andando entre os cones segurando uma raquete com o equilíbrio de uma bolinha após finalizar volta para o final da fila, sendo que o próximo da fila sai quando o mesmo estiver fazendo o caminho de volta.</p> <p>Circuito 2: Em Fila, correr entre os cones para frente e para trás, olhando para um lado num bloco e para o outro no outro bloco, e por fim, saltar o bastão no final. Sai da brincadeira o próximo quando saltar o bastão (o aluno cadeirante passa do lado e passando o braço por cima, ora direito ora esquerdo).</p> <p>Circuito 3: Correr e tocar o cone com a mão direita, depois esquerda e por fim passar correndo debaixo da corda.</p>
RECURSOS PEDAGÓGICOS	<p>Circuito 1: 05 Cones pequenos, 01 Cone Grande, 02 Raquetes e 02 Bolinhas pequenas;</p> <p>Circuito 2: 10 Cones pequenos, 02 cones grandes e um Bastão;</p> <p>Circuito 3: 05 Cones pequenos, 02 Cones grandes e uma corda.</p>
AValiação	<ul style="list-style-type: none"> • Através da participação dos alunos; • Feedback dos beneficiários.

Fonte: Próprio autor (2023).

Figura 5 - Circuito motor



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

A figura 5 contém o registro de uma atividade que requer o máximo de atenção, sendo constituída de várias atividades em uma só, com lateralidade, corrida em ziguezague, acerto de alvos, entre outras. Alguns alunos podem sentir que o colega com deficiência está atrapalhando a aula ou atrasando, nesse caso o professor deve zelar para que todos entendam que cada um possui o seu tempo e desempenho, e que se trata de um espaço de aprendizado.

A atividade é ideal para qualquer aluno usuário de cadeira de rodas, com ou sem dependência, porque estimula os colegas a respeitarem, cooperarem uns com os outros, e para os alunos com deficiência, a mesma atividade contribui para o desenvolvimento da autonomia na vida pessoal, como, por exemplo: tomar banho e sair da cadeira.

Segundo Gois e Silva (2023), para eliminar a segregação e as barreiras excludentes, elevando a qualidade de vida dos alunos, com autonomia e protagonismo, o docente precisa atentar para os limites do corpo, especialmente do aluno com deficiência, durante a atividade e ao longo do tempo do ano letivo, considerando o seu desenvolvimento. Ademais, os *feedbacks* dos alunos e suas observações ajudarão na correção e melhoria do trabalho.

3 Conclusão

A intenção de se estudar sobre a inclusão das pessoas com deficiência física, especialmente cadeirantes, nas aulas de Educação Física, é uma resposta ao que preconiza a legislação brasileira - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Estatuto da Pessoa com Deficiência e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impulsionadas, principalmente, pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada pela UNESCO em 1994.

Nesse sentido, nesse artigo o objetivo foi apresentar atividades práticas de Educação Física para usuários de cadeira de rodas, a fim de auxiliar na inclusão escolar dessas pessoas com deficiência. À vista disso, foram propostas atividades físicas que podem ser usadas pelo professor para incluir o aluno cadeirante, com material pedagógico simples, disponíveis na maioria das instituições de ensino.

A pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, possuem várias particularidades, seja ela amputada, paraplégica parcial ou total, com sequelas de poliomielite, paralisia cerebral e dentre outras, no entanto, possuem várias potencialidades e possibilidades, e isso só será evidenciado com trabalho árduo dos professores de Educação Física, que devem preparar as aulas para respeitar as singularidades e as limitações.

O aluno usuário de cadeira de rodas tem o direito de participar de todas as atividades propostas nas aulas de Educação Física, independente do grau de comprometimento. Fazer com

que todos os alunos participem ativamente, cooperando com o colega que, às vezes, não consegue realizar a atividade sozinho, é uma forma de desenvolver o espírito de acolhimento e de valorização da diversidade conforme prevê a BNCC.

Referências

- AGAPITO, F. T. A. et al. Formação dos acadêmicos de educação física para atuação com pessoas com deficiência: um estudo focado em universidades federais. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 22, n. 2, p. 237-252, jul./dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2021.v22n2.p237-252>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10977>. Acesso em: 31 maio 2023.
- ALBUQUERQUE, D. I. P.; DEL-MASSO, M. C. S.; FUJIHARA, A. C. L. Paradigma para atuação de professores de educação física em contexto escolar inclusivo. In: MARTINS, R. L. D. R. *Desafios contemporâneos para Educação Física Brasileira*. Curitiba, PR: CRV, 2020. p. 63-80.
- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação Física escolar: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Física do Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338, abr./jun. 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000200329>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/kfHVzTG6zBh8jRF9Xz48KPL/?format=pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional, Lei nº 9394*. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023
- BRASIL. Senado Federal. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Brasília: Senado Federal, 2015. 65 p.
- BRASIL. Senado Federal. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília : Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.
- BRASIL. Senado Federal. *Constituição*: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. *Diário Oficial da União*, Brasília, dez. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

CARDIA, G. F. E.; PEREIRA, P. H. M.; CUMAN, R. K. N. O basquetebol em cadeira de rodas e sua possibilidade quanto à inserção social: uma revisão integrativa. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, año 20, n. 210, nov. 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd210/o-basquetebol-em-cadeira-de-rodas.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

CHICON, J. F. *Jogo, mediação pedagógica e inclusão*. 2. ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Revista Integração*, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002 (Edição Especial).

CORREIA, E. S. *et al.* Corpo deficiente e cadeira de rodas: potencialização e corporização. *EFDeportes.com, Revista Digital*, Buenos Aires - Ano 18 - Nº 180, 2013. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd180/corpo-deficiente-e-cadeira-de-rodas.htm>. Acesso em: 23 set. 2022.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, jul./ set., 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ND8hHt9gKnHDTZwMdyns3JG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GOIS, J. O.; SILVA, R. A. importância da inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de educação física no ensino técnico integrado: relato de experiência, *15ª Jornada Científica e Tecnológica do Ifsuldeminas*, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: <https://josif.ifsuldeminas.edu.br/ojs/index.php/anais/article/view/1093/1052>. Acesso em: 05 nov. 2023.

IMBERNÓN, F. Novos desafios da docência no século XXI: a necessidade de uma nova formação docente. In: GATTI, B. A. *et al.* *Por uma revolução no campo da formação de professores*. São Paulo: Unesp, 2015. cap. 3 p. 75-82.

LAGO, T. M.; AMORIM, A. A. O basquete em cadeiras de rodas com papel de inclusão e integração dos portadores de deficiência: animador sociocultural. *Revista Ibero-americana*, v.2, n.2, maio 2008.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. *Currículo Referência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação, 2018.

NACIF, Marcella Fernandes Patuccié *et al.* Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, jan./mar., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8WNNqZ6Bny99n3pBM89dry/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PEZZI, F. A. S.; FRISON, M. D. Significados e sentidos atribuídos por professoras às brincadeiras das crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Dialogia*, [S. l.], n. 45, p. e23806, 2023. DOI: <https://10.5585/45.2023.23806>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23806>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, L. P. S. *et al.* Inclusão de alunos públicos com deficiência nas aulas de Educação Física na cidade de Catalão-GO. *Revista Educação à Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais*, São Cristóvão, v. 19, n. 3, p. 95-108, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/12217/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SEABRA JUNIOR, L. *Educação física e inclusão educacional: entender para entender*. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.882016>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/882016> Acesso em: 21 abr. 2023.

SILVA, C. E. B.; FARAH, B. Q. *A importância da prática esportiva na qualidade de vida de cadeirantes: uma revisão narrativa*. 2017, Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/1059/1/A%20IMPORTANCIA%20DA%20PR%3%81TICA%20ESPORTIVA%20NA%20QUALIDADE%20DE%20VIDA%20DE%20CADEIRANTES.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

SOUSA M. A. A; FARIA, W. M. *A inclusão de um cadeirante durante as aulas práticas de educação física numa escola municipal de Ipatinga / MG: relato de caso*. 2015. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd201/a-inclusao-de-uma-cadeirante-durante-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SOUZA, J. V. de *et al.* Escola e acessibilidade espacial: investigando a realidade para as aulas de Educação Física. *Rev. Motriviv.*, Florianópolis, v. 32, n. 63, e76232, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020.e76232> Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422020000300110&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 12 maio 2023.

STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação especial. EFDeportes.com, *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 11, n. 104, jan. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por Acesso em: 15 out. 2022.